

Demonstrações Contábeis do Conglomerado Prudencial

Junho de 2020



BANCO PAN S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
BALANÇO PATRIMONIAL DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	30/06/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	5	886.768	1.234.210
Instrumntos Financeiros		27.320.759	26.541.361
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	-	12.795
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	12.795
Títulos e valores mobiliários e derivativos	7.a	2.181.036	2.131.437
Carteira própria		1.909.698	727.913
Vinculados ao Banco Central		-	529.436
Vinculados a compromissos de recompra		67.641	297.944
Vinculados a prestação de garantias		203.697	288.041
Derivativos		-	288.103
Relações interfinanceiras		35.425	127.540
Pagamentos e recebimentos a liquidar		14.620	-
Créditos vinculados - Depósitos no Banco Central		509	101.569
Correspondentes no País		20.296	25.971
Operações de crédito	8	22.807.867	21.799.357
Operações de crédito		23.584.624	22.485.395
Títulos e créditos a receber		1.138.667	1.142.697
(Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito)	8.c	(1.915.424)	(1.828.735)
Outros ativos financeiros	9	2.296.431	2.470.232
Impostos		3.904.327	3.787.719
A compensar/recuperar		373.598	409.037
Créditos tributários	33.b	3.530.729	3.378.682
Outros ativos	11	366.667	354.193
Outros valores e bens		354.062	372.035
Outros valores e bens	12.a	356.772	373.676
(Provisão para perdas)	12.a	(84.452)	(86.219)
Despesas antecipadas	12.b	81.742	84.578
PERMANENTE		596.575	619.432
Investimentos		404.400	407.457
Participações em controladas	13.a	402.927	406.313
Outros investimentos	13.b	1.473	1.144
Imobilizado	14	27.297	28.628
Outras imobilizações de uso		84.589	80.456
(Depreciações acumuladas)		(57.292)	(51.828)
Intangível	15	164.878	183.347
Ativos intangíveis		503.523	483.691
(Amortizações acumuladas)		(338.645)	(300.344)
TOTAL DO ATIVO		33.429.158	32.908.950

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



BANCO PAN S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
BALANÇO PATRIMONIAL DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

PASSIVO	Nota explicativa	30/06/2020	31/12/2019
Instrumentos financeiros		25.378.768	25.197.589
Depósitos	16.a	19.990.291	19.887.907
Depósitos à vista		37.690	26.584
Depósitos interfinanceiros		8.541.211	8.365.928
Depósitos a prazo		11.411.390	11.495.395
Captações no mercado aberto	16.b	60.802	295.805
Carteira própria		60.802	295.805
Recursos de aceites e emissão de títulos	16.c	4.213.619	1.868.324
Recursos de letras financeiras e imobiliárias		4.213.619	1.868.324
Relações interfinanceiras	17	960.532	933.731
Recebimentos de pagamentos a liquidar		833.726	796.912
Correspondentes no País		126.806	136.819
Derivativos	7.c	4.044	124.979
Outros passivos financeiros	18	149.480	2.086.843
Provisões	19	591.955	586.202
Obrigações fiscais		456.922	429.168
Correntes	20	374.406	333.303
Diferidas	33.b	82.516	95.865
Outros passivos		1.888.771	1.769.823
Sociais e estatutárias		164.662	266.276
Diversas	21	1.724.109	1.503.547
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	22	5.112.742	4.926.168
Capital social:		4.175.222	3.653.410
De domiciliados no País		3.818.305	3.261.355
De domiciliados no Exterior		356.917	392.055
Aumento de capital		-	521.812
Reserva de capital		207.322	207.322
Reserva de lucros		557.982	557.982
Outros resultados abrangentes		(19.229)	(14.358)
Lucros acumulados		191.445	-
TOTAL DO PASSIVO		33.429.158	32.908.950

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



BANCO PAN S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	30/06/2020	30/06/2019
Receitas da intermediação financeira		4.892.427	3.796.853
Rendas de operações de crédito	8.g	4.589.523	3.800.758
Resultado de operações de arrendamento mercantil	8.g	18	276
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7.d	57.550	63.637
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.c	244.027	(72.248)
Resultado de operação de câmbio	10.a	1.148	4.430
Resultado das aplicações compulsórias		161	-
Despesas da intermediação financeira		(2.192.681)	(1.713.445)
Operações de captação no mercado	16.d	(1.456.384)	(1.096.185)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.c	(736.297)	(617.260)
Resultado bruto da intermediação financeira		2.699.746	2.083.408
Outras receitas (despesas) operacionais		(2.300.040)	(1.776.735)
Receitas de prestação de serviços	23	198.413	198.506
Resultado de participações em controladas	13.a	982	15.141
Despesas de pessoal	24	(273.512)	(226.269)
Outras despesas administrativas	25	(1.226.789)	(979.042)
Despesas tributárias	26	(125.487)	(87.280)
Despesas de provisões	27	(89.693)	(93.782)
Outras receitas/(despesas) operacionais	28	(783.954)	(604.009)
Resultado operacional		399.706	306.673
Resultado não operacional	29	17.045	(22.740)
Resultado antes dos tributos		416.751	283.933
Tributos sobre o lucro	33.a	(102.301)	(70.119)
Provisão para imposto de renda		(137.441)	(42.066)
Provisão para contribuição social		(106.447)	(25.574)
Ativo fiscal diferido		141.587	(2.479)
LUCRO LÍQUIDO		314.450	213.814
Lucro básico e diluído por ação em número médio ponderado de ações atribuível aos acionistas - R\$			
Lucro por ação ordinária		0,26	0,19
Lucro por ação preferencial		0,26	0,19

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



BANCO PAN S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	30/06/2020	30/06/2019
Lucro líquido	314.450	213.814
Itens que serão reclassificados para o resultado		
Outros resultados abrangentes	(4.871)	462
Ganhos / (Perdas) não Realizadas de Ativos Financeiros	(7.414)	683
Efeito tributário	2.543	(221)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	309.579	214.276
Atribuível a:		
Acionistas controladores	309.579	214.276

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



BANCO PAN S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Aumento de capital	Reserva de capital	Reservas de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
				Legal	Para Integridade do Patrimônio Líquido			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	3.653.410	-	207.322	19.991	223.304	(8.108)	-	4.095.919
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	462	-	462
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	213.814	213.814
Destinações:								
Juros sobre o capital próprio provisionados (Nota 22.c)	-	-	-	-	-	-	(83.639)	(83.639)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019	3.653.410	-	207.322	19.991	223.304	(7.646)	130.175	4.226.556
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	3.653.410	521.812	207.322	45.788	512.194	(14.358)	-	4.926.168
Aumento de Capital	521.812	(521.812)	-	-	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(4.871)	-	(4.871)
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	314.450	314.450
Destinações:								
Juros sobre o capital próprio provisionados (Nota 22.c)	-	-	-	-	-	-	(123.005)	(123.005)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020	4.175.222	-	207.322	45.788	512.194	(19.229)	191.445	5.112.742

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



BANCO PAN S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	30/06/2020	30/06/2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
LUCRO LÍQUIDO		314.450	213.814
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:			
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		(1.181)	(1.038)
Depreciações e amortizações	25	31.711	17.976
Amortização de ágio	28	12.163	12.163
Constituição de provisões cíveis, trabalhistas e tributários	19	89.693	93.782
Atualizações monetárias das provisões cíveis, trabalhistas e tributários	19	2.599	2.693
Reversão/(desvalorização) de outros valores e bens	29	(1.758)	(3.990)
Resultado na alienação de outros valores e bens	29	3.625	26.730
Cessão de direitos	29	(18.912)	-
Resultado de participações em controladas	13.a	(982)	(15.141)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8.c	736.297	617.260
Imposto de renda e contribuição social - diferido		(141.587)	2.479
Resultado líquido ajustado		1.026.118	966.728
Variação de Ativos e Passivos:			
Redução/(Aumento) em aplicações em depósitos interfinanceiros		12.795	(3.077)
Redução em títulos e valores mobiliários		63.267	303.179
Redução/(Aumento) em derivativos		167.168	(24.449)
Redução/(Aumento) em relações interfinanceiras		118.916	(354.922)
(Aumento) em operações de crédito		(1.758.262)	(2.589.872)
Redução/(Aumento) em outros ativos financeiros		190.280	(692.657)
Redução/(Aumento) em outros ativos fiscais		24.979	(15.910)
(Aumento) em outros ativos		(1.093)	(476)
(Aumento) em outros valores e bens		(41.450)	(86.576)
Aumento em depósitos		102.384	1.852.055
(Redução)/Aumento em captações no mercado aberto		(235.003)	440.615
Aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		46.234	46.301
Aumento/(Redução) em outros passivos financeiros		578.622	(34.251)
(Redução) em provisões		(86.539)	(107.472)
Aumento em obrigações fiscais		269.308	80.957
Aumento em outros passivos		197.191	203.410
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(241.554)	(26.225)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(USADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		433.361	(42.642)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
(Aumento) em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(295.350)	(279.263)
Redução em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		250.416	280.189
(Aumento) em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		(383.527)	(304.500)
Redução em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento		26.988	344.074
Alienação de bens não de uso próprio		57.556	96.854
(Aquisição) de investimentos		(329)	-
(Aquisição) de imobilizado	14.b	(4.164)	(3.753)
(Aumento) de intangível	15.b	(20.230)	(31.367)
Cessão de direitos		4.828	-
CAIXA LÍQUIDO (USADO)/PROVENIENTE NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(363.812)	102.234
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Emissão de recursos de aceites e emissão de títulos		2.567.221	964.933
Resgate de recursos de aceites e emissão de títulos		(268.160)	(385.204)
Emissão de dívidas subordinadas	18.b	-	8.000
Liquidação/pagamentos de dívidas subordinadas		(2.515.985)	(267.500)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(201.248)	(86.715)
CAIXA LÍQUIDO (USADO)/PROVENIENTE NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(418.172)	233.514
(REDUÇÃO)/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(348.623)	293.106
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	5	1.234.210	19.706
EFEITO DAS MUDANÇAS DAS TAXAS DE CÂMBIO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.181	1.038
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	5	886.768	313.850
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O FLUXO DE CAIXA			
Juros pagos		(1.127.938)	(1.018.430)
Juros recebidos		4.120.697	4.408.004
Transferência de ativos não de uso próprio		(1.649)	1.674
Ganhos/(Perdas) não realizados em títulos disponíveis para venda		(7.414)	683

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



1) Contexto Operacional

O Banco PAN S.A. ("Banco", "Banco PAN" ou "Instituição"), é uma sociedade anônima de capital aberto e está autorizado a operar como banco múltiplo. Em fevereiro de 2020, lançou sua conta digital e com isso oferece uma plataforma completa de crédito e serviços financeiros focados nas classes C, D e E. Atua direta ou indiretamente por meio de suas controladas nos mercados de crédito consignado (empréstimo e cartão de crédito), financiamento de veículos (carros usados e motos novas), cartão de crédito, crédito pessoal, limite emergencial (cheque especial) bem como venda de seguros. Nos serviços, além de toda transacionalidade inerente a uma conta corrente, também oferece portabilidade de salário. Além disso, possui carteiras em run-off de financiamento para empresas, financiamento para construção a incorporadores e construtores, financiamento e empréstimo imobiliário, financiamento de máquinas e equipamentos, operações de câmbio, aquisição de recebíveis imobiliários, arrendamento mercantil de veículos e outros bens, e também administração de grupos de consórcios de veículos e imobiliário. Os benefícios dos serviços prestados entre as empresas do Conglomerado e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, por essas empresas.

Como estratégia alternativa à captação de recursos no mercado e parte integrante do plano de negócios, o Banco PAN também realiza cessões de créditos (com transferência ou retenção substancial de riscos e benefícios) de sua carteira para outras instituições financeiras. Na cessão de crédito com transferência substancial dos riscos e benefícios, o resultado é reconhecido de imediato nas receitas e despesas destas operações, bem como observa-se a redução dos ativos de risco e consequente adequação de capital (Nota 3.h). Os resultados estão refletidos nas demonstrações contábeis em receitas da intermediação financeira.

O Banco PAN é controlado conjuntamente pelo Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual") e pela Caixa Participações S.A. - CAIXAPAR ("CAIXAPAR"), subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, mediante acordo de acionistas.

Em 08/03/2019, a acionista co-controladora CAIXAPAR notificou o exercício do direito de aquisição de 50% das ações subscritas e integralizadas pelo acionista co-controlador BTG Pactual no âmbito do aumento de capital aprovado pelo Conselho de Administração em 6/11/2017, no montante de R\$ 400.000.001,04, e homologado pelo Banco Central do Brasil ("BACEN") em 18/04/2018. No âmbito deste aumento de capital, o BTG Pactual e CAIXAPAR acordaram que haveria o direito de aquisição, pela CAIXAPAR, de 50% das ações subscritas e integralizadas pelo BTG Pactual no aumento de capital ("Opção de Compra"). A liquidação da Opção de Compra, com a efetiva transferência das ações do BTG Pactual à CAIXAPAR, foi concluída em 24/12/2019.

Adicionalmente, conforme divulgado em fatos relevantes publicados nos dias 09/09/2019 e 19/09/2019, o Banco PAN efetuou oferta pública primária de 63.250.000 novas ações preferenciais de sua emissão, já considerando o lote adicional ("Oferta Primária"), bem como oferta pública secundária de 63.250.000 ações preferenciais de emissão do Banco PAN e titularidade da CAIXAPAR, já considerando o lote adicional ("Oferta Secundária" e, em conjunto com a Oferta Primária, a "Oferta"). No dia 19/09/2019, o Conselho de Administração da Instituição e da CAIXAPAR aprovaram, no contexto da Oferta, o preço por ação de R\$ 8,25, resultando em um montante total da Oferta de R\$ 1.043.625.000,00, sendo R\$ 521.812.500,00 no âmbito da Oferta Primária e um consequente aumento do capital social do Banco PAN no valor de R\$ 521.812.500,00.

O aumento de capital, decorrente da Oferta Primária, foi homologado pelo BACEN em 14/01/2020, e comunicado à Instituição em 15/01/2020, de forma que o capital social do Banco PAN passou a ser de R\$ 4.175.222.121,46, representado por 1.205.056 mil ações, distribuído da seguinte forma:

Em 30/06/2020 o capital social do Banco PAN estava distribuído da seguinte forma:



Acionistas	Composição Acionária (em milhares de ações)				Total	%
	Ordinárias	%	Preferenciais	%		
BTG Pactual	334.131	50,8	164.371	30,0	498.502	41,4
CAIXAPAR	323.430	49,2	89.600	16,4	413.030	34,3
Mercado	-	-	293.524	53,6	293.524	24,3
Total	657.561	100,0	547.495	100,0	1.205.056	100,0

2) Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial do Banco PAN, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

Essas demonstrações contábeis foram elaboradas com disposição da Resolução nº 4.280/13, art. 2º, § 1º que atende a referida resolução as instituições a divulgar suas demonstrações contábeis acompanhadas de notas explicativas; e Circular nº 3.701/14, do BACEN que deve ser observada, integralmente, os critérios de elaboração, divulgação e auditoria de demonstrações contábeis previstos no Cosif.

As demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial do Banco PAN foram aprovadas pela Diretoria em 11/09/2020.

As sociedades controladas incluídas na consolidação e o percentual de participação do controlador são os seguintes:

Controladas Diretas	Participação total %	
	30/06/2020	31/12/2019
Pan Arrendamento Mercantil S.A.	100,00	100,00
Brazilian Securities Companhia de Securitização.	100,00	100,00
Pan Administradora de Consórcio Ltda.	100,00	100,00

a) Reclassificação dos itens das demonstrações contábeis:

A Instituição, em atendimento às normas do BACEN - Resolução nº 4.720 de 30/05/2019 e Circular nº 3.959 de 04/09/2019, está apresentando as contas do ativo e do passivo no Balanço Patrimonial por liquidez e exigibilidade, desta forma, está evidenciado em Notas Explicativas, o montante esperado a ser realizado ou liquidado em até doze meses e em prazo superior para cada item apresentado no ativo e no passivo.

Abaixo apresentamos as reclassificações patrimoniais e de resultado consolidado para as datas bases de 31/12/2019 e 30/06/2019 respectivamente.

- **Demonstração Consolidada do Resultado**

PUBLICADO	30/06/2019	ATUAL	
		Reclassificações	30/06/2019
Outras despesas administrativas (a)	(979.366)	324	(979.042)
Despesas de provisões (b)	-	(93.782)	(93.782)
Outras receitas/(despesas) operacionais (c)	(697.467)	93.458	(604.009)

(a) Refere-se a valores que estavam alocados em Outras despesas operacionais e foram reclassificados para Outras despesas administrativas;

(b) Refere-se a valores que estavam em Outras despesas operacionais e foram reclassificados para Provisões; e

(c) Considera todas as alocações dos itens (a) e (b).

O lucro líquido por ação do Banco PAN também sofreu alteração em decorrência da adoção às normas acima citadas. Em 30/06/2019 o lucro líquido por ação divulgado foi de R\$ 0,19.

• **Ativo Consolidado**

PUBLICADO		ATUAL	
Nomenclatura anterior	31/12/2019	31/12/2019	Nomenclatura atual
Disponibilidades	4.211	4.211	Caixas e equivalentes de caixa
Aplicações no mercado aberto	1.229.999	1.229.999	Caixas e equivalentes de caixa
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(1.828.735)	(1.828.735)	(Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito)
Rendas a receber	5.221	5.221	Outros ativos
Negociação e intermediação de valores	3.066	3.066	Outros ativos financeiros
Recebíveis imobiliários	4.588	4.588	Outros ativos financeiros
Diversos	2.462.578	2.462.578	Outros ativos financeiros
Diversos	3.787.719	3.787.719	Impostos
Diversos	348.972	348.972	Outros ativos

• **Passivo Consolidado**

PUBLICADO		ATUAL	
Nomenclatura anterior	31/12/2019	31/12/2019	Nomenclatura atual
Relações interdependências	247	247	Diversas
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	7.176	7.176	Diversas
Fiscais e previdenciárias	429.168	429.168	Obrigações fiscais
Negociação e intermediação de valores	20.481	20.481	Diversas
Dívidas subordinadas	1.885.320	1.885.320	Outros passivos financeiros
Diversas	201.523	201.523	Outros passivos financeiros
Diversas	586.202	586.202	Provisões
Resultado de exercícios futuros	2	2	Diversas

3) Principais Práticas Contábeis

a) Moeda funcional e de apresentação:

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, moeda funcional do Banco PAN.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata die* para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados.

c) Caixa e equivalentes de caixa:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, os quais são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez:

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

e) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e apresentados no balanço patrimonial, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001. São classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são títulos e valores mobiliários que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção ou obrigatoriedade e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

f) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos prioritariamente como *hedge* para compensar variações desfavoráveis de valor de mercado nas posições assumidas.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A.. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores.

Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros, obtidas com base em informações da B3 S.A.

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3 S.A.. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados

e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3 S.A. - balcão). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de "instrumentos financeiros derivativos" em contrapartida às respectivas contas de "resultado com instrumentos financeiros derivativos" e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.

Os saldos patrimoniais e de resultado estão demonstrados na nota 7c.

g) Operações de crédito:

As operações de crédito, arrendamento mercantil, adiantamento sobre contratos de câmbio, recebíveis imobiliários e outros créditos com características de concessão de crédito, são registradas a valor presente, calculadas "pro-rata-dia" com base na variação do indexador e na taxa de juros, até o 59º dia de atraso.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação à operação, aos devedores e garantidores, com observância as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99, que determina a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo). Adicionalmente, também são considerados, para atribuição dos níveis de riscos dos clientes os períodos de atraso definidos na referida Resolução, assim como a contagem em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial do Banco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas anteriormente à renegociação. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão, e que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa de operação de crédito ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança de níveis de risco, poderá ocorrer a reclassificação de operação para categoria de menor risco.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e considera as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito relativa às operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios é calculada de acordo com as mesmas diretrizes estabelecidas pelo BACEN para as operações de crédito ativas.

h) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:

A partir de 01/01/2012, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, as operações de venda ou transferência de ativos financeiros são classificadas e registradas conforme segue:

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com transferência substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto de venda ou de transferência é baixado do título contábil utilizado para registro da operação original. O resultado positivo ou negativo apurado na negociação é apropriado ao resultado do período de forma segregada; e

Em operações de compra de ativos, o ativo financeiro adquirido é registrado pelo valor pago, em conformidade com a natureza da operação original.

- Para o registro contábil da venda ou da transferência de ativos financeiros classificada na categoria operações com retenção substancial dos riscos e benefícios, são observados os seguintes procedimentos:

Em operações de venda de ativos, o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência permanece, na sua totalidade, registrado no ativo. Os valores recebidos na operação são registrados no ativo, tendo como contrapartida o passivo referente à obrigação assumida e as receitas/despesas são apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação; e

Em operações de compra de ativos, os valores pagos na operação são registrados no ativo como direito a receber e as receitas são apropriadas ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação.

i) Outros valores e bens:

Compostos, basicamente, por bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso próprio, correspondem a bens reintegrados ou recebidos em dação de pagamento disponíveis para venda, os quais são ajustados por meio da constituição de provisão para desvalorização, quando aplicável, calculada com base na perda histórica de bens não de uso alienados. As despesas antecipadas correspondem a aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo tais gastos apropriados ao resultado no período da geração destes benefícios.

j) Investimentos:

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição, deduzido, quando aplicável, da respectiva provisão para perdas e de redução ao valor recuperável.

k) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade. Estão representados basicamente por instalações, benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e equipamentos de uso.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e ajustada por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Os bens imobilizados adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na Resolução nº 4.535/16.

l) Intangível:

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição e pelos demais custos diretamente atribuíveis, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por ágios pagos por rentabilidade futura de investimento, licenças e gastos com aquisição e desenvolvimentos logísticos. A amortização dos ativos com vida útil definida é calculada pelo método linear, com base nos prazos estimados de sua utilização.

Os bens intangíveis adquiridos a partir de 01/01/2017, são demonstrados conforme regras estabelecidas na Resolução nº 4.534/16.

m) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

n) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

As provisões para imposto de renda e contribuição social, quando devidos, são constituídas com base no lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação fiscal. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

As alíquotas dos tributos, bem como suas bases de cálculo estão detalhadas na Nota Explicativa 33.

o) Depósitos e captações no mercado aberto:

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicáveis, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

p) Práticas contábeis específicas do segmento de consórcio:

A taxa de Administração é contabilizada quando do seu recebimento pelos grupos de consórcio. A comissão sobre vendas de cotas é contabilizada quando da comercialização das mesmas e as demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência mensal.

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelas suas cotas de fundos de investimento nos quais os grupos ativos têm aplicações.

q) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando da existência de evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de sua realização;
- Provisões – são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis ou remotas, devendo ser apenas, divulgados em notas explicativas, quando relevantes; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se as demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

r) Benefício residual em operações securitizadas:

Corresponde ao saldo residual, líquido de eventuais garantias prestadas, dos patrimônios separados das operações securitizadas que, de acordo com a Lei nº 9.514/97, será reintegrado ao patrimônio comum da companhia securitizadora no momento da extinção do regime fiduciário e liquidação dos respectivos certificados de recebíveis imobiliários e do agronegócio.

s) Lucro por ação:

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos detentores das ações pela média ponderada das ações em circulação em poder dos acionistas nas datas das demonstrações contábeis.

t) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações contábeis exige que a administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes das ações cíveis, trabalhistas ou tributárias; (iv) provisões para perdas em bens não de uso; (v) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros; (vi) estimativa do valor justo de certos instrumentos financeiros; e (vii) perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

u) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de sua aprovação pelos órgãos de Administração. São divididos em:



- i. eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- ii. eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

4) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado por Segmento de Negócio

a) Balanço Patrimonial Consolidado:

Ativo	Financeiro (1)	Consórcio (2)	Securitização (3)	Eliminações (4)	Total
Caixas e equivalentes de caixa	884.642	8.595	2.133	(8.602)	886.768
Títulos e valores mobiliários e derivativos	2.179.113	52.658	160.175	(210.910)	2.181.036
Relações interfinanceiras	35.425	-	-	-	35.425
Operações de crédito (5)	22.807.571	-	296	-	22.807.867
Outros ativos financeiros	2.292.644	-	3.787	-	2.296.431
Impostos	3.845.853	8.999	49.475	-	3.904.327
Outros créditos e outros valores e bens	688.005	21.917	11.979	(1.172)	720.729
Permanente	879.501	191	828	(283.944)	596.575
Total em 30/06/2020	33.612.754	92.360	228.673	(504.628)	33.429.158
Total em 31/12/2019	33.092.903	73.744	227.983	(485.680)	32.908.950

Passivo	Financeiro (1)	Consórcio (2)	Securitização (3)	Eliminações (4)	Total
Depósitos	20.201.225	-	-	(210.934)	19.990.291
Captações no mercado aberto	69.379	-	-	(8.577)	60.802
Recursos de emissão de títulos	4.213.619	-	-	-	4.213.619
Relações interfinanceiras	960.532	-	-	-	960.532
Derivativos	4.044	-	-	-	4.044
Outros passivos financeiros	149.480	-	-	-	149.480
Provisões	582.453	6.734	2.768	-	591.955
Obrigações fiscais	447.084	5.289	4.549	-	456.922
Outros passivos	1.872.196	10.482	7.267	(1.173)	1.888.771
Patrimônio líquido	5.112.742	69.855	214.089	(283.944)	5.112.742
Total em 30/06/2020	33.612.754	92.360	228.673	(504.628)	33.429.158
Total em 31/12/2019	33.092.903	73.744	227.983	(485.680)	32.908.950

b) Demonstração do Resultado Consolidado:

	Financeiro (1)	Consórcio (2)	Securitização (3)	Eliminações (4)	Total
Receitas da intermediação financeira	4.891.823	1.089	3.347	(3.832)	4.892.427
Despesas da intermediação financeira	(2.196.512)	-	(1)	3.832	(2.192.681)
Resultado bruto	2.695.311	1.089	3.346	-	2.699.746
Outras receitas/(despesas) operacionais	(2.284.303)	1.106	(2.106)	(14.737)	(2.300.040)
Resultado não operacional	(1.825)	18.912	(42)	-	17.045
Provisão para IR e CSLL	(94.733)	(7.176)	(392)	-	(102.301)
Total em 30/06/2020	314.450	13.931	806	(14.737)	314.450
Total em 30/06/2019	213.814	3.853	2.339	(6.192)	213.814

(1) Representado pelas empresas Banco PAN S.A. e Pan Arrendamento Mercantil S.A.;

(2) Representado pela empresa Pan Administradora de Consórcio Ltda.;

(3) Representado pela empresa Brazilian Securities Companhia de Securitização;

(4) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes; e

(5) Valores líquidos de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

**5) Caixa e Equivalentes de Caixa**

	30/06/2020	31/12/2019
Disponibilidades em moeda nacional	2.338	2.995
Disponibilidades em moeda estrangeira	2.432	1.216
Subtotal (caixa)	4.770	4.211
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	881.998	1.229.999
Total	886.768	1.234.210

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

6) Aplicações Interfinanceiras de liquidez:

	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	30/06/2020	31/12/2019
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	-	12.795
Total em 30/06/2020	-	-	-	-	-	-
Total em 31/12/2019	-	-	12.795	-	-	12.795

a) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez:

São classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	30/06/2020	30/06/2019
Rendas de aplicações em operações compromissadas:	19.215	8.189
Posição bancada	19.215	8.138
Posição financiada	-	51
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	24	119
Total (Nota 7.d)	19.239	8.308

**7) Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos****a) Composição da carteira:**

A carteira de títulos e valores mobiliários e derivativos, em 30/06/2020 e em 31/12/2019, por tipo de papel, possui a seguinte composição:

	30/06/2020	31/12/2019
Títulos e valores mobiliários	2.181.036	1.843.334
Carteira própria:	1.909.698	727.913
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	852.020	177.520
Notas do Tesouro Nacional – NTN	1.057.339	550.051
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	339	342
Vinculados ao Banco Central:	-	529.436
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (1)	-	529.436
Vinculados a compromisso de recompra:	67.641	297.944
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	8.574	107.126
Notas do Tesouro Nacional – NTN	59.067	190.818
Vinculados à prestação de garantias:	203.697	288.041
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	201.774	287.937
Certificado de Depósito Bancário – CDB	1.923	104
Instrumentos financeiros derivativos	-	288.103
Diferenciais a receber de <i>swap</i> (Nota 7.c)	-	288.103
Total	2.181.036	2.131.437

(1) Valor vinculado ao BACEN, decorrente do aumento de capital do Banco PAN aprovado pelo Conselho de Administração em 19/09/2019, que foi homologado pelo BACEN em 14/01/2020.

**b) Composição por categorias e prazos:**

	30/06/2020								31/12/2019		
	Circulante		Não circulante					Valor de custo atualizado	Ajuste de marcação a mercado	Valor contábil (1)(2)(3)	Ajuste de marcação a mercado
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil (1)(2)(3)					
Títulos para negociação:	-	4.635	220.159	38.465	-	263.259	263.395	(136)	359.782	(39)	
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	4.635	220.159	38.465	-	263.259	263.395	(136)	359.782	(39)	
Títulos disponíveis para venda:	-	319.328	481.704	-	-	801.032	801.229	(197)	742.341	(3)	
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	317.889	481.220	-	-	799.109	799.306	(197)	742.237	3	
Certificado de Depósito Bancário – CDB	-	1.439	484	-	-	1.923	1.923	-	104	-	
Títulos mantidos até o vencimento:	339	473.106	449.446	51.141	142.713	1.116.745	1.116.745	-	741.211	-	
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	473.106	449.446	51.141	142.713	1.116.406	1.116.406	-	740.869	-	
Fundos do Desenvolvimento Social – FDS	339	-	-	-	-	339	339	-	342	-	
Total	339	797.069	1.151.309	89.606	142.713	2.181.036	2.181.369	(333)	1.843.334	(42)	

(1) Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”) e Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“B3 S.A.”);

(2) A coluna reflete o valor contábil após a marcação a mercado, de acordo com o item (2), exceto para as aplicações classificadas em “Títulos mantidos até o vencimento”, cujo valor de mercado é superior ao valor de custo atualizado, no montante de R\$ 50.885 (31/12/2019 – superior em R\$ 41.832); e atendendo ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, o Banco PAN declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento; e

(3) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil.

c) Instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, *swap* e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando-se em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (*hedge*) ou não. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e a Carta-Circular BACEN nº 3.026/02. A política de gestão de riscos do Banco PAN define que a utilização de instrumentos derivativos tem como objetivo proteger a exposição gerada pelas operações de crédito do Banco e exposição cambial de operações *offshore*.

Os instrumentos derivativos são utilizados em duas estratégias: carteira de negociação (*trading*) e carteira de não negociação (*banking*). São classificados na carteira de negociação os derivativos destinados a estratégias direcionais, à realização de arbitragens ou *hedge* de outros elementos da carteira de negociação. São classificados na carteira de não negociação os derivativos utilizados como *hedge* de instrumentos classificados na carteira *banking*, incluindo aqueles utilizados como *hedge accounting*. Os riscos destas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco.

As operações com instrumentos financeiros derivativos, assim como os títulos e valores mobiliários classificados como "negociação" ou "disponível para venda", são avaliadas a valor de mercado, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização em contas de resultado. O valor de mercado dos instrumentos listados em bolsa corresponde à sua cotação no mercado ou à cotação de produtos semelhantes. Caso não haja cotação de mercado para determinado produto, seu valor de mercado será definido por fluxo de caixa descontado ou modelos de precificação. Para os instrumentos financeiros derivativos considerados como *hedge* de risco de mercado, também são registrados ganhos ou perdas no resultado, realizados ou não realizados, dos ativos e passivos financeiros objeto de *hedge*.

O valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de *hedge* é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A.. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores. Para a apuração do valor de mercado dos contratos de *swap*, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros obtidas na B3 S.A. ajustado pelo risco de crédito de contraparte (CVA).

O processo de marcação a mercado para os contratos futuros, tais como os contratos de juros (DI 1 dia), câmbio (DOL) e cupom cambial (DDI) é definido pelo preço de mercado em formato de Preço Único (PU) que é divulgado diariamente pela B3 S.A.. A partir deste preço, os valores dos ajustes diários são registrados e contabilizados no ativo ou no passivo, sendo apropriados diariamente ao resultado como receita ou despesa.

As operações com instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros, termo de moeda e *swap*) são custodiadas na B3 S.A. (bolsa) ou no Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (B3 S.A. - balcão). Os diferenciais a receber e a pagar, dos instrumentos financeiros derivativos, ativos e passivos, são registrados nas respectivas contas patrimoniais de "instrumentos financeiros derivativos" em contrapartida às respectivas contas de "resultado com instrumentos financeiros derivativos" e os valores nominais dessas operações são registrados em contas de compensação.



i) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) demonstrados pelo seu valor de custo atualizado, marcação a mercado e saldo contábil aberto por prazos:

	Custo atualizado	Marcação a mercado	Saldo contábil	Circulante				Não circulante		Total em 30/06/2020	Total em 31/12/2019
				Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Posição ativa:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	288.103
Swap	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	288.103
Posição passiva:	(4.036)	(8)	(4.044)	(4.044)	-	-	-	-	-	(4.044)	(124.979)
Swap	(4.036)	(8)	(4.044)	(4.044)	-	-	-	-	-	(4.044)	(124.979)
Subtotal	(4.036)	(8)	(4.044)	(4.044)	-	-	-	-	-	(4.044)	163.124
Contratos Futuros (a)	(3.944)	-	(3.944)	(3.944)	-	-	-	-	-	(3.944)	(5.538)
Posição ativa	3.505	-	3.505	3.505	-	-	-	-	-	3.505	3.066
Posição passiva	(7.449)	-	(7.449)	(7.449)	-	-	-	-	-	(7.449)	(8.604)
Total	(7.980)	(8)	(7.988)	(7.988)	-	-	-	-	-	(7.988)	157.586

(a) Contabilizados em contas de negociação e intermediação de valores.



ii) Valor dos Instrumentos Financeiros Derivativos por Indexador:

	30/06/2020				31/12/2019			
	Valor de Referência	Custo Atualizado	Marcação a Mercado	Saldo Contábil	Valor de Referência	Custo Atualizado	Marcação a Mercado	Saldo Contábil
Contratos de Swap								
Posição ativa:	-	-	-	-	470.910	281.679	6.424	288.103
Moeda Estrangeira	-	-	-	-	470.910	281.679	6.424	288.103
Posição passiva:	38.772	(4.036)	(8)	(4.044)	2.225.560	(117.033)	(7.946)	(124.979)
Mercado Interfinanceiro	-	-	-	-	678.355	(20.306)	(2.137)	(22.443)
Pré-fixado	38.772	(4.036)	(8)	(4.044)	1.547.205	(96.727)	(5.809)	(102.536)
Contratos Futuros								
Compromissos de Compra:	1.778.208	-	-	-	1.397.077	-	-	-
Mercado Interfinanceiro	1.670.715	-	-	-	1.315.611	-	-	-
Outros	107.493	-	-	-	81.466	-	-	-
Compromissos de Venda:	15.487.539	-	-	-	13.127.996	-	-	-
Mercado Interfinanceiro	15.377.326	-	-	-	13.042.503	-	-	-
Moeda Estrangeira	2.720	-	-	-	4.027	-	-	-
Outros	107.493	-	-	-	81.466	-	-	-
Total	17.304.519	(4.036)	(8)	(4.044)	17.221.543	164.646	(1.522)	163.124

iii) **Abertura por vencimento (valor de referência):**

	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2020	31/12/2019
Swap	38.772	-	-	-	-	38.772	2.696.470
Dólar x CDI	-	-	-	-	-	-	1.149.265
CDI x Pré	38.772	-	-	-	-	38.772	1.547.205
Contratos futuros	1.193.399	2.720	3.041.098	3.495.803	9.532.727	17.265.747	14.525.073
DDI	-	-	-	108.121	106.866	214.987	162.932
DI	1.193.399	-	3.041.098	3.387.682	9.425.861	17.048.040	14.358.114
Dólar	-	2.720	-	-	-	2.720	4.027
Total	1.232.171	2.720	3.041.098	3.495.803	9.532.727	17.304.519	17.221.543

iv) **Local de negociação e contrapartes:**

	30/06/2020	31/12/2019
B3 S.A. (balcão)	38.772	2.696.470
B3 S.A. (bolsa)	17.265.747	14.525.073
Total	17.304.519	17.221.543

Contrapartes: Em 30/06/2020 estão assim distribuídas: B3 S.A. 99,78% e Instituições Financeiras 0,22%.

v) **Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos:**

Títulos Públicos	30/06/2020	31/12/2019
Letras Financeiras do Tesouro (1)	114.295	205.344
Letras Financeiras do Tesouro (2)	-	524
Total	114.295	205.868

(1) Títulos dados em garantia da B3 S.A.; e

(2) Títulos dados em garantia de swaps.

vi) **Hedge Contábil – Valor de Mercado:**

	30/06/2020	31/12/2019
Instrumentos Financeiros		
Posição Ativa	1.314.588	2.867.671
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (1)	1.314.588	958.981
Swap - Dólar (2)	-	1.908.690
Posição Passiva	(15.493.481)	(15.216.800)
Futuros DI1 B3 S.A. - Taxa Pré - Reais (3)	(15.493.481)	(15.216.800)
Objeto de Hedge		
Posição Ativa	13.524.018	11.787.028
Operações de Crédito (3)	13.524.018	11.787.028
Posição Passiva	(1.336.706)	(2.796.880)
Certificados de depósitos a prazo (1)	(1.336.706)	(920.015)
Dívidas Subordinadas no Exterior (2)	-	(1.876.865)

(1) Utilizado como proteção do risco pré-fixado de certificados de depósitos a prazo de longo prazo; (Nota 16)

(2) Utilizado como proteção da operação de captação no Exterior; (Nota 18.b) e

(3) Neste objeto de hedge inclui os créditos de varejo: Consignado e Veículos. (Nota 8)

**vii) Resultado com instrumentos financeiros derivativos:**

	30/06/2020			30/06/2019		
	Receita	Despesa	Líquido	Receita	Despesa	Líquido
Swap	1.037.314	(435.191)	602.123	431.740	(425.398)	6.342
Opções	-	-	-	1.722	(1.297)	425
Futuro	1.477.384	(1.835.480)	(358.096)	635.009	(714.024)	(79.015)
Total	2.514.698	(2.270.671)	244.027	1.068.471	(1.140.719)	(72.248)

d) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

	30/06/2020	30/06/2019
Títulos de renda fixa	38.311	55.329
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 6.a)	19.239	8.308
Total	57.550	63.637

8) Operações de Crédito**a) Composição da carteira por tipo de operação:**

	30/06/2020		31/12/2019	
	Valor	%	Valor	%
Consignado (1)	9.723.155	39,83	9.468.073	40,34
Veículos (1)	9.313.574	38,15	8.853.900	37,72
Financiamento cartões de crédito (2)	2.286.060	9,37	2.045.591	8,72
Conta garantida	1.144.085	4,69	1.058.643	4,51
Empréstimos com garantia imobiliária	274.216	1,12	300.444	1,28
Capital de giro	96.557	0,40	143.760	0,61
Créditos vinculados à cessão (3)	114.105	0,47	157.729	0,67
Financiamentos habitacionais	128.348	0,53	136.993	0,58
Financiamentos à exportação	40.567	0,17	46.402	0,20
Renegociações	144.682	0,59	110.403	0,47
Empreendimentos imobiliários	4.048	0,02	7.303	0,03
Crédito pessoal	1.723	0,01	1	-
Cheque especial	783	-	25	-
Total das operações de crédito	23.271.903	95,34	22.329.267	95,13
Outros créditos (4)	1.138.667	4,46	1.142.697	4,87
Subtotal	24.410.570	100,00	23.471.964	100,00
(+/-) Ajuste ao valor de mercado (1)	312.721	-	156.128	-
Total	24.723.291	-	23.628.092	-
Circulante	11.606.460		10.935.730	
Não circulante	13.116.831		12.692.362	

(1) Contemplam contratos que são objeto de *hedge* contábil (Nota 7.c);

(2) Refere-se ao financiamento a titulares de cartões de crédito de bandeiras Visa e Mastercard;

(3) Operações de créditos consignados cedidos com retenção substancial de risco e benefícios (Nota 8.fII); e

(4) Refere-se a recebíveis de cartões de crédito e títulos de créditos a receber com características de concessão de crédito.



b) Faixas de vencimentos e níveis de risco:

Níveis de Risco										
Operações em curso anormal										
	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 30/06/2020	Total em 31/12/2019
Parcelas Vincendas	1.216.297	561.630	577.618	278.502	183.142	132.705	103.185	616.771	3.669.850	3.315.320
01 a 30	52.879	25.410	26.784	14.359	9.471	6.828	5.068	22.688	163.487	142.417
31 a 60	48.606	24.353	24.723	13.189	8.720	6.296	4.645	21.604	152.136	138.655
61 a 90	44.175	23.650	23.879	12.740	8.421	6.104	4.503	21.021	144.493	136.945
91 a 180	131.856	67.278	69.186	36.639	24.123	17.451	12.905	60.100	419.538	380.609
181 a 365	230.975	115.685	118.835	62.328	40.862	29.564	22.197	123.120	743.566	646.132
Acima de 365	707.806	305.254	314.211	139.247	91.545	66.462	53.867	368.238	2.046.630	1.870.562
Parcelas Vencidas	82.971	167.810	101.025	117.931	99.388	83.404	74.983	647.075	1.374.587	1.133.465
01 a 14	72.454	3.367	12.563	6.803	4.501	2.852	2.136	18.380	123.056	107.802
15 a 30	10.517	156.237	13.670	7.360	4.696	3.696	2.766	38.119	237.061	180.382
31 a 60	-	8.206	63.671	14.509	9.499	6.656	4.872	21.569	128.982	109.173
61 a 90	-	-	8.296	81.822	10.750	7.180	5.125	36.611	149.784	80.116
91 a 180	-	-	2.825	7.437	67.127	59.110	54.670	77.175	268.344	210.931
181 a 365	-	-	-	-	2.815	3.910	5.414	250.772	262.911	224.631
Acima de 365	-	-	-	-	-	-	-	204.449	204.449	220.430
Subtotal	1.299.268	729.440	678.643	396.433	282.530	216.109	178.168	1.263.846	5.044.437	4.448.785
Provisão Requerida	6.497	7.295	20.359	39.643	84.759	108.054	124.718	1.263.845	1.655.170	1.530.907

Níveis de Risco										
Operações em curso normal										
	A	B	C	D	E	F	G	H	Total em 30/06/2020	Total em 31/12/2019
Parcelas Vincendas	19.107.424	34.827	26.918	17.840	13.061	10.742	9.445	145.876	19.366.133	19.023.179
01 a 30	2.578.616	8.594	5.213	1.951	1.150	805	581	6.895	2.603.805	2.521.825
31 a 60	659.860	2.529	2.152	1.573	1.084	705	506	3.547	671.956	669.997
61 a 90	615.214	2.268	1.908	1.421	974	686	484	3.281	626.236	625.755
91 a 180	1.629.145	4.810	4.065	2.973	2.085	1.542	1.148	12.078	1.657.846	1.667.801
181 a 365	2.698.476	5.880	4.899	3.290	2.445	2.079	1.818	17.202	2.736.089	2.716.001
Acima de 365	10.926.113	10.746	8.681	6.632	5.323	4.925	4.908	102.873	11.070.201	10.821.800
Subtotal	19.107.424	34.827	26.918	17.840	13.061	10.742	9.445	145.876	19.366.133	19.023.179
Provisão Requerida	95.536	348	808	1.784	3.919	5.371	6.611	145.877	260.254	297.828
Total (1)	20.406.692	764.267	705.561	414.273	295.591	226.851	187.613	1.409.722	24.410.570	23.471.964
Total Provisão	102.033	7.643	21.167	41.427	88.678	113.425	131.329	1.409.722	1.915.424	1.828.735

(1) Não inclui ajuste ao valor de mercado (Nota 8.a).

c) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (1):

	30/06/2020			30/06/2019		
	Operações de crédito	Outros (1)	Total	Operações de crédito	Outros (1)	Total
Saldo do início do período	1.828.735	67.984	1.896.719	1.331.653	100.931	1.432.584
Constituição/reversão de provisão	749.751	(13.454)	736.297	648.175	(30.915)	617.260
Baixas contra a provisão	(663.062)	-	(663.062)	(559.747)	-	(559.747)
Saldo do fim do período	1.915.424	54.530	1.969.954	1.420.081	70.016	1.490.097
Circulante	1.252.812	54.530	1.307.342	1.037.745	70.016	1.107.761
Não circulante	662.612	-	662.612	382.336	-	382.336
Créditos recuperados (2)	135.826	-	135.826	120.151	-	120.151
Efeito no resultado (3)	(612.655)	13.454	(599.201)	(524.449)	30.915	(493.534)

(1) Inclui outros créditos sem características de crédito (Nota 9 e 11);

(2) No período findo em 30/06/2020, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra a provisão para perdas no montante de R\$ 135.826 (sendo R\$ 135.808 de recuperação de crédito do Banco PAN e R\$ 18 de recuperação de operação de arrendamento mercantil). No período encerrado em 30/06/2020, houve cessão de créditos em prejuízo sem retenção de riscos e benefícios no montante de R\$ 1.427.219, cujo valor de venda foi de R\$ 36.058 impactando a rubrica de recuperação de créditos; e

(3) Despesa de provisão constituída, deduzido a receita de créditos recuperados.

d) Classificação por setor de atividade:

	30/06/2020		31/12/2019	
	Valor	%	Valor	%
Pessoa Física	22.811.735	93,45	21.827.226	92,99
Serviços	1.178.594	4,83	1.205.248	5,13
Construção e Incorporação	188.104	0,77	266.931	1,14
Outros Serviços	579.227	2,37	586.761	2,50
Financeiros	305.825	1,25	246.302	1,05
Transporte e Logística	32.670	0,13	35.974	0,15
Utilitários	64.096	0,26	61.443	0,26
Mídia, TI e Telecom	7.580	0,03	6.690	0,03
Locação de Veículos	992	-	1.047	-
Saúde, Segurança e Educação	100	-	100	-
Comércio	308.303	1,26	321.226	1,37
Atacado e Varejo	308.303	1,26	321.226	1,37
Indústrias de Base	70.928	0,29	70.964	0,30
Papel e Celulose	42.999	0,18	42.999	0,18
Outras Indústrias	6.002	0,02	6.038	0,03
Têxtil	15.258	0,06	15.258	0,07
Indústria Química	6.669	0,03	6.669	0,03
Agroindústria	41.010	0,17	47.300	0,20
Açúcar e Etanol	24.353	0,10	25.513	0,11
Agronegócio e Proteína Animal	16.657	0,07	21.787	0,09
Total (1)	24.410.570	100,00	23.471.964	100,00

(1) Não inclui ajuste ao valor de mercado (Nota 8.a).

e) Concentração das operações de crédito:

Maiores Devedores	30/06/2020		31/12/2019	
	Valor	%	Valor	%
10 maiores devedores	556.253	2,28	513.400	2,19
50 seguintes maiores devedores	632.477	2,59	618.843	2,64
100 seguintes maiores devedores	266.377	1,09	285.450	1,22
Demais devedores	22.955.463	94,04	22.054.271	93,96
Total	24.410.570	100,00	23.471.964	100,00

f) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros:
I. Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios:

Nos períodos findos em 30/06/2020 e 30/06/2019, foram realizadas cessões de créditos para instituições financeiras, conforme demonstrado a seguir:

	30/06/2020			30/06/2019		
	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)	Valor da cessão	Valor presente	Resultado (1)
Consignado	4.507.697	3.217.750	1.289.947	2.608.120	1.946.425	661.695
Total (Nota 8.g)	4.507.697	3.217.750	1.289.947	2.608.120	1.946.425	661.695

(1) Contabilizado em "Rendas de operações de crédito" (Nota 8.g).

II. Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios:
Cessão após a Resolução CMN nº 3.533/08

As responsabilidades por créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios montam R\$ 114.105, (R\$ 157.729 em 31/12/2019), apurado pelo valor presente por meio das taxas dos contratos. Para tais créditos foram assumidas obrigações no montante de R\$ 140.816 (R\$ 201.523 em 31/12/2019).

g) Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil:

	30/06/2020	30/06/2019
Lucro nas cessões de crédito (Nota 8.f)	1.289.947	661.695
Prêmio de performance das cessões (1)	320.882	463.253
Consignado	1.079.576	1.078.880
Veículos	1.013.723	900.178
Cartão de crédito	478.604	375.639
Recuperação de créditos baixados como prejuízos	135.826	120.151
Capital de giro/Conta Garantida	69.564	69.579
Rendas de empréstimos com garantia imobiliária	27.249	29.729
Financiamento à exportação	-	10.826
Renegociações	11.804	9.189
Habitacionais	5.001	6.248
Rendas de empreendimentos imobiliários	560	549
Crédito pessoal	113	3
Cheque especial	99	-
Outras	-	17
Ajuste a valor de mercado – Carteira Varejo (2)	156.593	75.098
Total	4.589.541	3.801.034

(1) Reclasificamos de "Lucro nas cessões de crédito" para "prêmio de performance das cessões"; e

(2) Marcação a mercado de *hedge* contábil sobre os créditos de varejo: consignado e veículos.



9) Outros ativos financeiros

	30/06/2020	31/12/2019
Valores a receber por cessão de créditos	2.276.499	2.451.147
Confissão de dívida (1)	12.640	11.431
Negociação e intermediação de valores	3.505	3.066
Recebíveis imobiliários (2)	3.787	4.588
Total	2.296.431	2.470.232
Circulante	1.228.128	1.395.117
Não circulante	1.068.303	1.075.115

(1) Inclui provisão sobre confissão de dívida, cujo saldo em 30/06/2020 é de R\$ 12.549 (R\$ 29.027 em 31/12/2019) (Nota 8.c); e

(2) Indexador INCC/IGPM/POUPANÇA/CDI e sem correção monetária, possui juros ao ano de 0 até 20,05% e vencimento em 15/11/2034.

10) Operação de Câmbio

a) Resultado de operação de câmbio:

	30/06/2020	30/06/2019
Rendas de financiamento à exportação	49.499	15.276
Varição cambial	(48.351)	(10.846)
Total	1.148	4.430

11) Outros ativos

	30/06/2020	31/12/2019
Depósitos judiciais e fiscais	212.834	218.310
Valores a receber de empréstimos consignados (1)	11.442	17.920
Valores a receber de sociedades ligadas	6.249	14.570
Benefício residual em operações securitizadas	2.812	3.588
Outros (2)	133.330	99.805
Total	366.667	354.193
Circulante	298.068	288.900
Não circulante	68.599	65.293

(1) Refere-se basicamente a: (i) valores recebidos e ainda não repassados ao Banco por Governos Estaduais e Prefeituras, cujos repasses vêm sendo negociados pelo Banco PAN, que constitui provisão para perdas e para os repasses em atraso há mais de 180 dias, cujo saldo em 30/06/2020 é de R\$ 34.666 (R\$ 31.779 em 31/12/2019) (Nota 8.c); e

(2) Inclui provisão sobre outros créditos sem características de crédito, no montante de R\$ 7.315 (R\$ 7.178 em 31/12/2019) (Nota 8.c).

**12) Outros Valores e Bens****a) Bens não de uso próprio e outros:**

Valor Residual	Custo	Provisão para perdas	30/06/2020	31/12/2019
Bens não de uso próprio	356.057	(84.452)	271.605	287.012
Imóveis	319.711	(75.915)	243.796	266.494
Veículos	36.346	(8.537)	27.809	20.518
Outros	715	-	715	445
Total	356.772	(84.452)	272.320	287.457
Circulante			272.320	287.457

b) Despesas antecipadas

	30/06/2020	31/12/2019
Serviços do sistema financeiro	62.529	63.022
Processamento de dados	4.715	4.211
Manutenção de <i>softwares</i>	4.276	5.564
Gastos na emissão de títulos no exterior	-	379
Outras	10.222	11.402
Total	81.742	84.578
Circulante	21.659	27.725
Não circulante	60.083	56.853



13) Investimentos

a) Participações em controladas:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Quantidade de ações/ cotas possuídas (em milhares)			Participação no capital social	Resultado Ajustado	Saldo dos Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação (1)		
			ON		Cotas			%	30/06/2020	31/12/2019	Período findo em	
									30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Brazilian Finance & Real Estate S.A. (2)	107.662	181.352	0,2	0,5	-	100,00	3.081	181.352	177.894	3.081	7.193	
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda. (3)	179.864	221.575	-	-	179.864	100,00	(2.098)	221.575	228.419	(2.098)	7.948	
								402.927	406.313	983	15.141	

(1) Considera os resultados apurados pelas sociedades, a partir de aquisição e inclui variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(2) Empresa que teve sua informação trimestral do período findo em 30/06/2020 revisada por outro auditor independente; e

(3) Empresa que teve suas demonstrações contábeis e informações trimestrais do período findo em 30/06/2020 revisadas pelos mesmos auditores independentes do Banco PAN.

**b) Outros Investimentos:**

	30/06/2020	31/12/2019
Central de Registros de Títulos e Ativos (Certa)	1.094	765
Câmara Interbancária de Pagamentos (CIP)	379	379
Total	1.473	1.144

14) Imobilizado**a) Os ativos imobilizados são compostos por:**

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				30/06/2020	31/12/2019
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	46.985	(33.159)	13.826	17.038
Sistemas de segurança e comunicações	10%	2.929	(1.451)	1.478	633
Sistemas de processamento de dados	20%	34.675	(22.682)	11.993	10.957
Total em 30/06/2020		84.589	(57.292)	27.297	-
Total em 31/12/2019		80.456	(51.828)	-	28.628

b) Movimentação dos ativos imobilizados por classe:

	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistemas de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Total
Saldo em 31/12/2019	17.038	633	10.957	28.628
Aquisições	291	1.137	2.736	4.164
Baixas	-	-	(20)	(20)
Depreciação	(3.503)	(292)	(1.680)	(5.475)
Saldo em 30/06/2020	13.826	1.478	11.993	27.297

15) Intangível**a) Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:**

	Taxa Amortização	Custo	Amortização	Valor residual	
				30/06/2020	31/12/2019
Gastos com desenvolvimento e logiciais	20% a 50%	260.255	(146.058)	114.197	120.503
Ágio	10%	243.268	(192.587)	50.681	62.844
Total em 30/06/2020		503.523	(338.645)	164.878	-
Total em 31/12/2019		483.691	(300.344)	-	183.347

b) Movimentação dos ativos intangíveis por classe:

	Gastos com desenvolvimento e logiciais	Ágio	Total
Saldo em 31/12/2019	120.503	62.844	183.347
Adições	20.230	-	20.230
Baixas	(300)	-	(300)
Amortização	(26.236)	(12.163)	(38.399)
Saldo em 30/06/2020	114.197	50.681	164.878

16) Depósitos, Captações no Mercado Aberto e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos
a) Depósitos:

	Circulante				Não circulante		31/12/2019
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2020	
Depósitos à vista (1)	37.690	-	-	-	-	37.690	26.584
Depósitos interfinanceiros	5.589.081	2.952.130	-	-	-	8.541.211	8.365.928
Depósitos a prazo (2)	785.861	764.449	1.302.423	1.616.688	6.941.969	11.411.390	11.495.395
Total em 30/06/2020	6.412.632	3.716.579	1.302.423	1.616.688	6.941.969	19.990.291	-
Total em 31/12/2019	8.773.812	701.830	822.481	2.482.425	7.107.359	-	19.887.907

(1) Não considera a média histórica do giro; e

 (2) Objeto de *hedge* contábil (Nota 7.c).

b) Captações no mercado aberto:

	Circulante				Não circulante		31/12/2019
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2020	
Carteira Própria	60.802	-	-	-	-	60.802	295.805
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	-	-	-	-	99.089
Notas do Tesouro Nacional – NTN	60.802	-	-	-	-	60.802	196.716
Total em 30/06/2020	60.802	-	-	-	-	60.802	-
Total em 31/12/2019	196.716	2.157	-	1.120	95.812	-	295.805

c) Recursos de aceites e emissão de títulos:

	Circulante				Não circulante		31/12/2019
	Até 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	30/06/2020	
Letras Financeiras – LF	105.517	138.376	81.467	3.041.080	481.326	3.847.766	1.532.113
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	13.582	62.860	107.710	103.096	78.605	365.853	336.211
Total em 30/06/2020	119.099	201.236	189.177	3.144.176	559.931	4.213.619	-
Total em 31/12/2019	41.131	94.560	118.566	396.668	1.217.399	-	1.868.324

d) Despesas de depósitos, captações no mercado aberto, recursos de emissão de títulos e dívidas subordinadas:

	30/06/2020	30/06/2019
Variação cambial	572.223	(19.459)
Depósitos a prazo	572.737	660.935
Depósitos interfinanceiros	168.079	249.262
Títulos e valores mobiliários no exterior e dívidas subordinadas	77.389	122.918
Letras financeiras	40.638	34.534
Créditos cedidos com retenção de risco	8.594	17.079
Contribuições ao fundo garantidor de créditos	7.154	6.604
Letras de crédito imobiliário	5.799	16.086
Operações compromissadas	3.771	8.063
Letras de crédito do agronegócio	-	163
Total	1.456.384	1.096.185

**17) Relações Interfinanceiras**

	30/06/2020	31/12/2019
Recebimentos e pagamentos a liquidar	833.726	796.912
Correspondentes no País (1)	126.806	136.819
Total	960.532	933.731
Circulante	960.532	933.731

(1) Referem-se a recebimentos de parcelas relativos a contratos cedidos a serem repassados aos cessionários, atualizados pelas taxas pactuadas nos contratos de cessão de crédito. São representados por: financiamento de veículos, crédito consignado e crédito imobiliário.

18) Outros Passivos Financeiros**a) Composição:**

	30/06/2020	31/12/2019
Dívidas subordinadas (b)	8.664	1.885.320
Cessão com retenção de riscos	140.816	201.523
Total	149.480	2.086.843
Circulante	68.001	1.965.351
Não circulante	81.479	121.492

b) Dívidas subordinadas:

Demonstra-se a seguir a composição das tranches e saldos atualizados nas datas base:

	30/06/2020	31/12/2019
No Exterior:		
(1) US\$ 456.792	-	1.876.865
No País:		
(2) R\$ 8.000	8.664	8.455
Total	8.664	1.885.320
Circulante	-	1.876.865
Não circulante	8.664	8.455

(1) O ajuste de marcação a mercado das dívidas subordinadas foi contabilizado em contas de resultado de operações de captação no mercado, cujo montante foi uma receita de R\$ 6.546 no período findo em 30/06/2020 (despesa de R\$ 36.871 no período findo em 30/06/2019), as mesmas foram emitidas em 23/04/2010 e liquidadas em 23/04/2020. Essa operação possuía *hedge* de risco de mercado (Nota 7.c); e

(2) Letras Financeiras Subordinadas, emitidas em 18/04/2019 com vencimento em 16/04/2027.

19) Provisões, Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)**Provisões:**

O Banco PAN é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para todos os processos cíveis e trabalhistas e para os processos de natureza fiscal classificados como perda provável com base no histórico de perdas, na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas, as quais decorrem, em geral, de pretensão enquadramento na categoria dos bancários,

especialmente horas extras em razão do artigo nº 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Todos os processos trabalhistas são conduzidos por advogados externos especializados e geridos individualmente por meio de sistema informatizado.

As ações trabalhistas, embora contem com a condução e avaliação de advogados externos especializados, são provisionadas de acordo com o histórico de perdas de processos semelhantes que foram encerrados nos últimos 12 ou 24 meses dependendo do tipo de autor.

Processos cíveis

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar e ou de fazer, referente às ações indenizatórias, revisionais e tarifas.

As ações cíveis, geridas por meio de sistema informatizado, são divididas em dois grupos:

1) ações massificadas

Na metodologia utilizada para o cálculo da provisão cível nas ações massificadas, antes das decisões, é aplicado um modelo estatístico que calcula o *ticket* médio de perda de todas as ações encerradas nos últimos 12 meses por *cluster*, cujo acompanhamento periódico demonstra a adequação do montante de provisões.

2) ações cíveis estratégicas

A provisão é constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos especialistas jurídicos internos, escritórios jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional que possam gerar o pagamento de multas ou causar impactos representativos no resultado do Banco PAN ou das empresas controladas.

I. Provisões segregadas por natureza:

	30/06/2020	31/12/2019
Processos cíveis	319.140	318.879
Processos trabalhistas	221.279	216.774
Processos tributários	51.536	50.549
Total	591.955	586.202

II. Movimentação das provisões:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2019	318.879	216.774	50.549	586.202
Constituição líquida de reversão	60.832	27.850	1.011	89.693
Atualização monetária	2.084	-	515	2.599
Baixas por pagamento	(62.655)	(23.345)	(539)	(86.539)
Saldo em 30/06/2020	319.140	221.279	51.536	591.955

I. Passivos contingentes classificados como perda possível:

As principais discussões relativas a Ações Fiscais e tributárias cuja probabilidade de perda está classificada como possível estão descritas a seguir, em ordem cronológica.

No 3º trimestre de 2012, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu um auto de infração da Receita Federal do Brasil, por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda, contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou R\$ 19.167 (R\$ 16.157 atualizados até junho de 2020). Julgado o Recurso Voluntário, o PAN apresentou Recurso Especial, que aguarda o julgamento de admissibilidade.

No 4º trimestre de 2012, foram lavrados três autos de infração da Receita Federal do Brasil contra o Banco PAN S.A., por meio do qual a fiscalização constituiu supostos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social relativos aos anos base de 2007 e 2008, cujo o montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou R\$ 170.477 (R\$ 200.036 atualizados até junho de 2020). Dois Autos de Infração encontram-se sobrestados a pedido do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e o terceiro aguarda o resultado da diligência, para que ocorra o julgamento do Recurso Voluntário da empresa.

No 4º trimestre de 2013, a Pan Arrendamento Mercantil S.A. recebeu autos de infração da Prefeitura de São Paulo, que visam exigir ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2008 a 2012, cujo montante de principal, multa e juros totalizou R\$ 43.657 (R\$ 130.045 atualizados até junho de 2020). A impugnação e os recursos apresentados pela empresa, junto ao Conselho Municipal de Tributos de São Paulo, foram julgados definitivamente improcedentes. A Municipalidade ajuizou execução fiscal e a empresa ajuizou ação anulatória em face do Município de São Paulo, julgada parcialmente procedente em 2ª instância. Atualmente recorremos as instâncias superiores, por meio dos recursos especial e extraordinário e aguardamos a admissibilidade dos mesmos. No 3º trimestre de 2018, a empresa recebeu um novo auto sobre a mesma matéria para período compreendido entre 2013 e 2015, cujo montante de principal, multa e juros totalizou R\$ 4.227 (R\$ 6.292 atualizados até junho de 2020).

Ainda no último trimestre de 2013, o Banco PAN S.A. recebeu um auto de infração de IRPJ e CSLL, referente aos anos-calendário de 2008 e 2009, o qual refere-se à incidência de tributação sobre suposto ganho de capital obtido na desmutualização da B3 (balcão), cujo montante acrescido de multa e juros de mora foi de R\$ 480 (R\$ 720 atualizados até junho de 2020), além disso, foi determinada a glosa de saldos de prejuízo fiscal e base negativa de referidos períodos. A empresa aguarda resultado de diligência solicitada pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, para que ocorra o julgamento de Recurso Voluntário apresentado pelo contribuinte.

No 1º trimestre de 2015, foram lavrados dois autos de Infração ao Banco PAN S.A. referentes ao exercício de 2010, sendo um deles de IRPJ e CSLL, originado pela glosa de supostas despesas operacionais não comprovadas, ajustes do lucro líquido do exercício e exclusões não autorizadas, cujo montante de principal e multa totalizou R\$ 6.077 (R\$ 8.949, atualizados até junho de 2020), e outro, visando a impossibilidade de dedução de determinadas despesas de *swap* da base de cálculo de PIS e COFINS, cujo montante atualizado de principal, e multa totalizou o valor de R\$ 3.320 (R\$ 4.634 atualizados até junho de 2020). Ambos os casos se encontram no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, sendo que o primeiro foi julgado parcialmente procedente, no que ensejou a interposição dos embargos de declaração pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, do qual aguarda-se decisão, para que então o Banco PAN S.A. possa apresentar os recursos de embargos de declaração e Revista

à Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais. O segundo encontra-se sobrestado a pedido do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

No 4º trimestre de 2016, o Banco PAN S.A. recebeu um Auto de Infração referente a suposta ausência de recolhimento das contribuições previdenciárias dos valores auferidos a título de participação nos lucros ou resultados dos empregados do Banco PAN no período de janeiro a outubro de 2012, cujo montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou R\$ 3.100 (R\$ 3.682 atualizados até junho de 2020). O processo aguarda julgamento de impugnação administrativa apresentada à Delegacia Regional de Julgamentos da Receita Federal do Brasil.

No 4º trimestre de 2017, foram lavrados três Autos de Infração ao Banco PAN S.A pela Receita Federal do Brasil, por meio dos quais foram constituídos créditos tributários (i) de natureza previdenciária, essencialmente sobre participação nos lucros ou resultados dos empregados distribuídos no ano-calendário de 2013; (ii) de IRRF sobre suposto ganho de capital na aquisição de participação societária no exterior em 2013; e (iii) de imposto de renda e contribuição social relativos ao ano base de 2012. O montante total destes casos, acrescidos de multa e juros de mora é de R\$ 111.411 (R\$ 117.819 atualizados até junho de 2020). O primeiro caso, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais julgou o Recurso Voluntário como improcedente e em face de tal decisão foi apresentado Recurso Especial, que foi admitido parcialmente. Os demais processos, aguardam o julgamento dos Recursos Voluntários apresentados perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

No 3º trimestre de 2019, o Banco PAN S.A. recebeu um Auto de Infração referente a cobrança de IRPJ e CSLL, relativos ao ano calendário de 2014, referente suposta dedução a maior de despesas com o recolhimento de tributos de PIS e COFINS no período, cujo o montante acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou R\$ 21.697 (R\$ 22.151 atualizados até junho de 2020). O processo aguarda julgamento do Recurso Voluntário apresentado perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

No 4º trimestre de 2019, foi lavrado um Auto de Infração ao Banco PAN S.A pela Receita Federal do Brasil, por meio do qual foi constituído crédito tributário oriundo de valores supostamente amortizados indevidamente de ágio, e por consequência, falta de adição na apuração da base de cálculo do IRPJ e CSLL. O caso refere-se aos anos calendários 2015 e 2016, e o montante atualizado até dezembro de 2019, acrescido da multa de ofício e juros de mora totalizou R\$ 8.046 (R\$ 8.204 atualizados até junho de 2020). O processo aguarda julgamento de impugnação administrativa apresentada à Delegacia Regional de Julgamentos da Receita Federal do Brasil.

Além dos processos administrativos anteriormente detalhados, o Banco e suas investidas discutem administrativamente e judicialmente com a Receita Federal do Brasil a não homologação de compensações de tributos com créditos decorrentes de pagamento a maior ou indevido. Em junho de 2020, o valor atualizado era de aproximadamente R\$ 160.385.

**20) Obrigações Fiscais Correntes**

	30/06/2020	31/12/2019
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	271.843	282.995
COFINS a recolher	68.556	19.879
Impostos e contribuições sobre salários	16.802	15.216
PIS a recolher	11.142	3.237
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	3.936	9.106
ISS a recolher	1.517	1.863
Impostos retidos na fonte sobre títulos de renda fixa	610	1.007
Total	374.406	333.303
Circulante	374.406	333.303

21) Outros Passivos Diversos

	30/06/2020	31/12/2019
Pagamentos a efetuar	846.721	734.455
Operações vinculadas a cessão	644.284	496.170
Arrecadação de cobrança	86.584	118.258
Operações com cartão de crédito	33.148	30.570
Valores a pagar a sociedades ligadas	16.303	13.774
Negociação e intermediação de valores	14.858	20.481
Valores específicos de consórcio	7.564	7.757
Recursos em trânsito de terceiros	141	247
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	37	7.176
Outros	74.469	74.659
Total	1.724.109	1.503.547
Circulante	1.712.604	1.490.433
Não circulante	11.505	13.114

22) Patrimônio Líquido**a) Composição do capital social em quantidade de ações:**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 30/06/2020 é de R\$ 4.175.222 (R\$ 3.653.410 em 31/12/2019).

Abaixo demonstramos as ações nominativas escriturais (em milhares de ações) e, sem valor nominal.

	30/06/2020	31/12/2019
Ordinárias	657.561	657.561
Preferenciais	547.495	547.495
Total	1.205.056	1.205.056

b) Reservas de lucros:

Reserva Legal – Nos termos do estatuto social do Banco PAN, do lucro líquido apurado anualmente, após a dedução do prejuízo acumulado e da provisão para o imposto de renda, será destacada uma quantia equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro para formação da reserva legal, até que atinja 20% (vinte por cento) do capital social do Banco. Nos termos do artigo 193, §1º, da Lei nº 6.404/76, o Banco PAN poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social.

Reserva para Integridade do Patrimônio Líquido – Tem por fim assegurar recursos para atender as necessidades regulatória e operacional de valor de patrimônio líquido da Instituição, podendo ser convertida em capital social por deliberação do Conselho de Administração. Observado o limite do capital autorizado, e poderá ser formada de acordo com proposta do Conselho de Administração, com até 100% (cem por cento) do lucro líquido que remanescer após as destinações dos lucros apurados anualmente, não podendo ultrapassar o valor do capital social da Instituição.

c) Juros sobre o capital próprio:

Aos acionistas é assegurado o recebimento de dividendos mínimos de 35% sobre o lucro líquido anual, conforme estatuto social e nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A seguir demonstra-se o cálculo de juros sobre o capital próprio.

	30/06/2020	% (1)	30/06/2019	% (1)
Lucro líquido	314.450		213.814	
(-) Reserva Legal	(15.723)		(10.691)	
Base de cálculo	298.728		203.123	
Juros sobre o capital próprio (bruto) provisionados/pagos	123.005		83.639	
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(18.451)		(12.546)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) provisionados/pagos	104.554	35,0%	71.093	35,0%

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo.

23) Receitas de prestação de serviços

	30/06/2020	30/06/2019
Operações de crédito	91.477	94.090
Rendas de cartão	59.419	57.761
Rendas de intermediação de negócios	32.940	27.015
Administração de consórcios	9.100	13.836
Outras	5.477	5.804
Total	198.413	198.506

24) Despesas de pessoal

	30/06/2020	30/06/2019
Proventos	175.196	135.213
Encargos sociais	47.019	41.196
Benefícios (Nota 32)	41.736	34.244
Honorários (Nota 30.b)	5.784	12.507
Outros	3.777	3.109
Total	273.512	226.269

**25) Outras despesas administrativas**

	30/06/2020	30/06/2019
Comissões pagas a correspondentes bancários	622.623	508.972
Serviços de terceiros	192.993	184.061
Processamentos de dados	138.534	95.901
Serviços do sistema financeiro	103.543	64.973
Aluguéis	35.637	25.322
Depreciação e amortização	31.711	17.976
Propaganda, promoções e publicidade	30.383	14.954
Comunicações	29.700	22.979
Despesas com busca e apreensão de bens	11.143	15.464
Manutenção e conservação de bens	3.399	2.844
Transporte	2.138	2.624
Taxas e emolumentos	1.917	3.260
Viagens	1.410	2.510
Água, energia e gás	1.187	1.376
Materiais de consumo	595	800
Outras	19.876	15.026
Total	1.226.789	979.042

26) Despesas tributárias

	30/06/2020	30/06/2019
Contribuição à COFINS	98.395	64.598
Contribuição ao PIS	16.026	10.555
Imposto sobre serviços	8.875	8.675
Impostos e taxas	2.191	3.452
Total	125.487	87.280

27) Despesas de provisões

	30/06/2020	30/06/2019
Provisão/reversão de processos cíveis	(60.832)	(88.375)
Provisão/reversão de processos trabalhistas	(27.850)	15.577
Provisão/reversão de processos tributários	(1.011)	(20.984)
Total	(89.693)	(93.782)

28) Outras receitas e despesas operacionais

	30/06/2020	30/06/2019
Recuperação de encargos e despesas	59.943	138.309
Variação monetária / cambial	10.491	18.538
Benefício residual em operações securitizadas	1.095	1.005
Despesas com operações de crédito cedidas	(757.077)	(684.605)
Descontos concedidos	(48.366)	(20.008)
Prejuízo com op. de crédito/financiamento e fraudes	(22.150)	(26.329)
Gravames	(12.618)	(11.736)
Amortização de ágio (Nota 15.b)	(12.163)	(12.163)
Outras	(3.109)	(7.020)
Total	(783.954)	(604.009)

**29) Resultado não operacional**

	30/06/2020	30/06/2019
Resultado na alienação de outros valores e bens	(3.625)	(26.730)
Reversão/(desvalorização) de outros valores e bens	1.758	3.990
Cessão de direitos (1)	18.912	-
Total	17.045	(22.740)

(1) No segundo trimestre de 2020 a Pan Administradora de Consórcio Ltda. concretizou a cessão e transferência de administração de grupos de consórcio.

30) Saldos e Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas

	Prazo máximo	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	30/06/2019
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Disponibilidades (a)		353	1.260	-	-
Caixa Econômica Federal	01/07/2020	353	1.260	-	-
Aplicação interfinanceira de liquidez (b)		881.998	1.160.000	19.127	8.070
Banco BTG Pactual S.A.	01/07/2020	879.999	710.000	18.443	7.715
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	1.999	450.000	684	355
Cessão de crédito (c)		2.028.658	2.036.099	320.882	463.253
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	2.028.658	2.036.099	320.882	463.253
Outros créditos		9.592	17.917	-	-
Caixa Econômica Federal	Sem prazo	275	6.755	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	4.605	6.453	-	-
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	22	19	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	4.690	4.690	-	-
Depósitos à vista (d)		(348)	(352)	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(341)	(341)	-	-
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	Sem prazo	(3)	(1)	-	-
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	Sem prazo	(2)	(2)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(2)	(8)	-	-
Depósitos interfinanceiros (e)		(8.339.724)	(7.952.156)	(161.991)	(236.130)
Banco BTG Pactual S.A.	16/07/2020	(503.158)	(190.000)	(12.343)	(4.112)
Caixa Econômica Federal	25/09/2020	(7.836.566)	(7.762.156)	(149.648)	(232.018)
Depósitos a prazo (f)		(182.146)	(146.757)	(3.003)	(4.023)
Pan Adm. e Corret. de Seg.de Prev. Privada Ltda.	02/03/2023	(48.061)	(17.145)	(673)	(244)
Pessoal chave da Administração	19/12/2022	(839)	(1.695)	(43)	(94)
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	13/03/2023	(102.746)	(98.910)	(1.769)	(2.858)
BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	06/03/2023	(30.500)	(29.007)	(518)	(827)
Obrigações por operações compromissadas		-	(900)	(68)	(3.134)
Banco BTG Pactual S.A.	01/04/2020	-	-	(47)	(2.823)
Caixa Econômica Federal	-	-	(900)	(21)	(311)
Recursos de letras imobiliárias, agronegócio e financeiras (g)		(278)	(377)	(6)	(98)
Pessoal chave da Administração	07/08/2020	(278)	(377)	(6)	(98)



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Instrumentos financeiros derivativos (h)		(4.044)	185.694	392.285	2.393
Banco BTG Pactual S.A.	01/07/2020	(4.044)	185.694	392.285	2.393
Outras obrigações		(15.549)	(13.762)	-	-
,Too Seguros S.A.	Sem prazo	(15.225)	(13.268)	-	-
Brazilian Finance & Real Estate S.A.	Sem prazo	(324)	(494)	-	-
Receita de prestação de serviços (i)		-	-	33.304	27.539
,Too Seguros S.A.	-	-	-	32.830	26.872
Caixa Econômica Federal	-	-	-	474	667
Despesa de Pessoal		-	-	(145)	(130)
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(145)	(130)
Outras despesas administrativas		-	-	(26.177)	(12.196)
,Too Seguros S.A.	-	-	-	(2.732)	(2.846)
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	(5.316)	(1.508)
BTG Pactual Corretora	-	-	-	(61)	(53)
Tecban S.A.	-	-	-	(539)	(358)
Câmara Interbancária de Pagamentos	-	-	-	(17.529)	(7.431)
Resultado obtido na cessão de crédito		-	-	949.733	357.610
Caixa Econômica Federal	-	-	-	949.733	297.568
Banco BTG Pactual S.A.	-	-	-	-	60.042

(a) Referem-se as contas corrente das empresas Brazilian Securities Companhia de Securitização, BM sua Casa Promotora de Vendas Ltda e Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária;

(b) Referem-se a aplicações do Banco PAN com taxas equivalentes às do CDI;

(c) Refere-se ao prêmio de performance das cessões de créditos sem coobrigação;

(d) Referem-se ao saldo de contas correntes de ligadas mantidas no Banco PAN;

(e) Referem-se à captação por meio de depósitos interfinanceiros com taxas equivalentes às do CDI;

(f) Referem-se à captação por meio de depósitos a prazo efetuados no Banco PAN;

(g) Referem-se à captação por meio de letras de créditos de agronegócios, letras imobiliárias e letras financeiras com taxas em média de 104,55% do CDI;

(h) Referem-se às operações de *swap*; e

(i) Referem-se à comissão paga ao Banco PAN pela intermediação de seguros.

b) Remuneração dos administradores:

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29/06/2020, foi aprovado o montante global máximo da remuneração dos Administradores do Conglomerado PAN, referente ao exercício de 2020, independente do ano em que os valores forem pagos, no valor de R\$ 18.225 (R\$ 25.385 no exercício de 2019).

Benefícios de curto prazo a administradores (1)

	30/06/2020	30/06/2019
Despesas de honorários (Nota 24)	5.784	12.507
Contribuição ao INSS	1.301	2.814
Total	7.085	15.321

(1) Registrado na rubrica de "Despesas de pessoal".

O Banco PAN não possui benefícios de longo prazo ou remuneração baseada em ações para seus administradores.

• Outras informações

Conforme disposto na legislação em vigor, o PAN realiza operações de crédito para pessoas consideradas partes relacionadas, somente com condições compatíveis de mercado, inclusive quanto a limites, taxas de juros, carência, prazos, garantias requeridas e para esses possui critérios para classificação de risco para fins de constituição de provisão para perdas prováveis, sem que haja benefícios adicionais ou diferenciados às operações realizadas junto aos demais clientes de mesmo perfil.

31) Instrumentos Financeiros

- **Gestão de Riscos**

O Banco PAN possui exposição em ativos e passivos envolvendo instrumentos financeiros derivativos, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação.

A Administração do Banco PAN é responsável por estabelecer a política de risco e os limites de exposição. A responsabilidade por identificar, avaliar, monitorar e informar o cumprimento das diretrizes de risco estabelecidas pela Administração é da Diretoria de Controladoria e Compliance que mantém relação de independência em relação às áreas de negócios e de operações.

- **Gestão do Capital**

O Banco PAN considera a gestão de capital como um processo estratégico que é executado de forma a otimizar o consumo do capital disponível, contribuindo para o alcance dos objetivos da Instituição e sempre dentro dos limites de capital estabelecidos pelo órgão regulador.

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco PAN é compatível com a natureza de suas operações, com a complexidade de seus produtos e serviços e com sua exposição a riscos, e abrange todas as empresas do Conglomerado Financeiro do grupo.

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de: (i) monitoramento e controle do capital; (ii) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos da Instituição; e (iii) planejamento de metas e necessidade de capital. É realizado de acordo com os objetivos estratégicos do Banco PAN, as oportunidades de negócios e o ambiente regulatório.

O Banco PAN realiza sua gestão de capital de forma prospectiva e tempestiva, alinhado às melhores práticas e aderentes às recomendações emitidas pelo Comitê de Basileia, através de políticas e estratégias que antecipam a necessidade de capital decorrente de possíveis alterações nas condições de mercado e que são avaliadas periodicamente pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

O Banco PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a Circular BACEN nº 3.644/13 para o risco de crédito, as Circulares BACEN nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a Circular BACEN nº 3.640/13 para o risco operacional.

Demonstra-se a seguir o cálculo dos Indicadores de Capital do Conglomerado Prudencial:

Base de Cálculo – Índice de Basileia	30/06/2020	31/12/2019
Patrimônio de referência nível I	3.257.331	2.499.049
Capital Principal	3.257.331	2.499.049
Patrimônio de referência nível II	8.664	8.455
Patrimônio de referência para comparação com o RWA	3.265.995	2.507.504
Patrimônio de referência	3.265.995	2.507.504
- Risco de crédito	18.171.017	17.299.562
- Risco de mercado	36	4.742
- Risco operacional	2.396.524	2.309.501
Ativo ponderado pelo risco – RWA	20.567.577	19.613.805
Índice de Basileia	15,88%	12,78%
Nível I	15,84%	12,74%
Nível II	0,04%	0,04%

- **Risco de Crédito**

Define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A gestão de risco de crédito é composta por políticas e estratégias de gerenciamento de risco de crédito, limites operacionais, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis aceitáveis pela Instituição.

- **Risco de Mercado**

Refere-se à possibilidade de perdas associadas à oscilação de taxas, descasamentos de prazos e moedas das carteiras ativas e passivas do Consolidado. Esses riscos são gerenciados diariamente por meio de metodologias aderentes às melhores práticas.

As operações estão expostas aos seguintes fatores de risco: taxa de juros prefixada, taxa de juros vinculada à variação cambial e seu respectivo *spot*, taxa de juros vinculada aos índices de preço (INPC, INCC, IPCA e IGPM), além de outras taxas de juros (TR), à variação cambial (US\$) e variações dos preços de ações.

Os instrumentos financeiros são segregados nas seguintes Carteiras:

Carteira *Trading*: consiste em todas as operações com instrumentos financeiros, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem; e

Carteira *Banking*: todas as operações não classificadas na carteira *trading*. Consistem nas operações estruturais provenientes das linhas de negócio da organização e seus eventuais *hedges*.

Análise de Sensibilidade:

Fatores de Risco	Carteira <i>Trading e Banking</i> Exposições sujeitas à variação:	CENÁRIOS(*)		
		(1)Provável	(2)Possível	(3)Remoto
Taxas de juros	Taxas de juros prefixadas	(88)	(6.984)	(14.120)
Cupom outras taxas de juros	Taxas de cupom de taxas de juros	(39)	(5.842)	(10.648)
Cupom de índice de preços	Taxas de cupom de índice de preços	(13)	(2.883)	(5.375)
Moeda estrangeira	Taxas de câmbio	-	(3)	(7)
Cupom cambial	Taxas de cupom cambial	-	(1)	(3)
Total em 30/06/2020		(140)	(15.713)	(30.153)
Total em 31/12/2019		(200)	(37.117)	(74.675)

(*) Valores brutos de impostos.

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos dados de mercado do último dia do mês de junho de 2020, sendo considerados sempre os impactos negativos nas posições para cada vértice. Os efeitos desconsideram a correlação entre os vértices e os fatores de risco e os impactos fiscais.

Cenário 1: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 1 ponto base (0,01%) na estrutura a termo de taxas de juros em todos os vértices/prazos. Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 10,01% ao ano ou 9,99% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 1% sobre o preço vigente.

Cenário 2: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 25% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,25). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 12,50% ao ano ou 7,50% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 25% sobre o preço vigente.

Cenário 3: Foi aplicado o choque (aumento ou redução) de 50% nas taxas (aplicação do multiplicador de 1,50). Exemplo: Taxa de 10% ao ano torna-se 15,00% ao ano ou 5,00% ao ano. Para moedas estrangeiras e ações, foi considerado choque de 50% sobre o preço vigente.

É importante ressaltar que os resultados dos cenários (2) e (3) referem-se a simulações que envolvem fortes situações de *stress*, não sendo considerados fatores de correlação entre os indexadores. Eles não refletem eventuais mudanças ocasionadas pelo dinamismo de mercado, consideradas como baixa probabilidade de ocorrência, e também, por ações que possam vir a ser tomadas pela própria Instituição para reduzir eventuais riscos envolvidos.

O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Exposição Cambial

A seguir, são apresentados os ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras em 30/06/2020 e 31/12/2019.

Passivos – Dólar	30/06/2020	31/12/2019
Dívida subordinada	-	1.876.865
Total	-	1.876.865



O Banco PAN utiliza instrumentos financeiros derivativos essencialmente com finalidade de *hedge* com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas, indexadores, prazos de suas carteiras e arbitragem.

Em 30/06/2020 e 31/12/2019, a posição dos instrumentos financeiros derivativos, em moeda estrangeira, estava apresentada como segue:

	Valor de Referência		Valor de Mercado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Posição comprada - Dólar				
<i>Swap</i>	-	1.149.264	-	1.908.691
Total	-	1.149.264	-	1.908.691
Posição vendida - Dólar				
DOL	2.720	2.011	2.720	2.011
Total	2.720	2.011	2.720	2.011

- **Risco de Liquidez**

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e ainda, a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade nos mercados.

São realizados acompanhamentos constantes da situação de liquidez, dos descasamentos entre os fatores de risco primários, taxas e prazos dos ativos e passivos da carteira.

O Banco PAN mantém níveis de liquidez adequados, resultante da qualidade dos seus ativos, e do controle do risco, em consonância com a Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez estabelecida e as exigências das demandas regulatórias do CMN (Resoluções nº 2.804/00 e nº 4.090/12). Os resultados das análises dos *gaps* de Liquidez são apresentados quinzenalmente no Comitê de Tesouraria.

- **Risco Operacional**

Refere-se à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal que é o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

A estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta pelas diversas áreas e comitês do Conglomerado que participam do processo de gerenciamento do risco operacional e legal, com seus respectivos papéis e responsabilidades, e que prezam pela segregação de funções, pela busca de sinergia entre as unidades, eficiência, eficácia e efetividade dos processos, além do respeito aos limites e apetite aos riscos definidos pela Administração do Conglomerado.

Em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.678/13, estão sendo disponibilizadas as informações sobre o processo de gerenciamento de riscos, que podem ser consultadas no site <https://ri.bancopan.com.br/governanca-corporativa/gestao-de-riscos>.

• Valor de Mercado

O valor contábil líquido dos principais instrumentos financeiros está apresentado a seguir:

	30/06/2020			31/12/2019		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado	Valor Contábil	Valor de Mercado	Resultado não realizado
Títulos e Valores Mobiliários	2.181.036	2.231.921	50.885	1.843.334	1.885.166	41.832
- Títulos para negociação	263.259	263.259	-	359.782	359.782	-
- Títulos disponíveis para venda	801.032	801.032	-	742.341	742.341	-
- Títulos mantidos até o vencimento	1.116.745	1.167.630	50.885	741.211	783.043	41.832
Operações de crédito	24.723.291	28.528.607	3.805.316	23.628.092	26.962.845	3.334.753
Depósitos interfinanceiros	8.541.211	8.540.090	1.121	8.365.928	8.395.004	(29.076)
Depósitos a prazo	11.411.390	12.901.610	(1.490.220)	11.495.395	13.042.521	(1.547.126)
Recursos de emissão de títulos	4.213.619	4.236.264	(22.645)	1.868.324	1.888.784	(20.460)
Dívidas subordinadas	8.664	10.337	(1.673)	1.885.320	1.887.098	(1.778)
Lucro não realizado sem efeitos fiscais			2.342.784			1.778.145

Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

- Títulos e valores mobiliários, Dívidas subordinadas, Instrumentos financeiros derivativos, têm seu valor de mercado baseado em cotações de preços de mercado na data do balanço. Na inexistência de cotações a mercado o seu valor será determinado por marcação à modelo ou por instrumentos equivalentes;
- Para operações de crédito ou de arrendamento mercantil seu valor a mercado é determinado descontando-se o fluxo futuro pelas taxas praticadas a mercado em operações equivalentes na data do balanço; e
- Depósitos a prazo, depósitos interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses tem seu valor de mercado calculado aplicando-se sobre o estoque vigente as taxas praticadas para instrumentos equivalentes na data deste balanço.

32) Benefícios a Empregados

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Banco PAN e suas controladas oferecem benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. As despesas com benefícios no período findo em 30/06/2020 totalizou R\$ 41.736 (R\$ 34.244 em 30/06/2019).

33) Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	30/06/2020	30/06/2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	416.751	283.933
Encargos/créditos total, de acordo com as alíquotas vigentes (1)	(173.693)	(106.956)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participação em controladas	442	-
Juros sobre o capital próprio	55.352	33.456
Outros valores (2)	15.598	3.381
Resultado de Imposto de renda e contribuição social	(102.301)	(70.119)

(1) Alíquotas vigentes: (i) provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%; (ii) contribuição social sobre o lucro é calculada para empresas financeiras à alíquota de 15% até fev/20 e de 20% a partir de 01/03/2020 conforme Emenda Constitucional 103/2019 e, (iii) alíquota de 9% para as demais empresas; e

(2) Inclui, basicamente, (i) a equalização da alíquota efetiva da contribuição social em relação à alíquota (40% em jan/20 e fev/20 e 45% a partir de mar/20); e (ii) as deduções incentivadas.

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2020
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.270.991	331.490	(218.673)	1.383.808
Provisão para contingências cíveis	142.391	28.617	(28.509)	142.499
Provisão para contingências trabalhistas	96.057	16.283	(13.160)	99.180
Provisão para contingências tributárias	20.342	543	(148)	20.737
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	34.941	4.137	(1.394)	37.684
Ajuste de marcação a mercado de derivativos	-	128.328	(105.569)	22.759
Outras provisões	490.252	427.378	(302.709)	614.921
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	2.054.974	936.776	(670.162)	2.321.588
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.323.708	6.013	(120.580)	1.209.141
Total dos créditos tributários	3.378.682	942.789	(790.742)	3.530.729
Obrigações fiscais diferidas (Nota 33.e)	(95.865)	(69)	13.418	(82.516)
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	3.282.817	942.720	(777.324)	3.448.213

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

A projeção de realização do crédito tributário foi elaborada com base no estudo do cenário atual e futuro, efetuada em 30/06/2020, cujas premissas principais utilizadas nas projeções foram os indicadores macroeconômicos, indicadores de produção e custo de captação. Referida projeção de realização de crédito tributário, incluindo as premissas adotadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco em 30/07/2020.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal ou quando os prejuízos fiscais, que parcialmente estão sendo discutidos em âmbito administrativo com excelentes perspectivas de êxito para o Banco, forem compensados.



Apresenta-se a seguir a estimativa de realização desses créditos.

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Em 2020	737.663	814.509	10.592	56.507	748.255	871.016
Em 2021	882.257	733.727	24.158	129.355	906.415	863.082
Em 2022	517.530	329.787	158.593	257.941	676.123	587.728
Em 2023	45.512	54.239	311.102	348.688	356.614	402.927
Em 2024	38.021	27.390	399.227	490.616	437.248	518.006
De 2025 a 2026	47.890	42.740	266.518	680	314.408	43.420
De 2027 a 2029	52.716	52.582	-	971	52.716	53.553
Total	2.321.589	2.054.974	1.170.190	1.284.758	3.491.779	3.339.732

Em 30/06/2020, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação totalizava R\$ 3.065.635 (R\$ 2.631.059 em 31/12/2019).

Conforme § 2º do Art. 5º da Resolução CMN nº 3.059/02, os créditos tributários originados de prejuízo fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação no montante de R\$ 38.950 (R\$ 38.950 em 31/12/2019), não estão sujeitos a geração de lucros baseada em estudo técnico.

d) Créditos tributários não ativados:

Em 30/06/2020, o PAN possuía prejuízos fiscais de aproximadamente R\$ 582.747 (31/12/2019 – R\$ 583.211), sobre os quais não foram registrados créditos tributários no montante de R\$ 244.618 (31/12/2019 - R\$ 244.804).

e) Obrigações fiscais diferidas:

	Saldo em 31/12/2019	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2020
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e outros	(17.663)	(69)	13.418	(4.311)
Superveniência de depreciação	(78.202)	-	-	(78.202)
Total (Nota 33.b)	(95.865)	(69)	13.418	(82.516)

34) Outras Informações

- Os avais e fianças concedidos totalizam R\$ 319.482 em 30/06/2020 (R\$ 313.061 em 31/12/2019);
- O Banco PAN e suas controladas têm como política segurar seus valores em espécie, cheques recebidos em garantia e bens em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros;
- Em 30/06/2020 e 31/12/2019, o Banco PAN e suas controladas não possuíam contratos de arrendamento mercantil para aquisições próprias;
- Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Resolução CMN nº 3.263/05: O Banco PAN possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor;



- e) Em 20/01/2015, foi publicada a Lei nº 13.097, conversão da MP nº 656/14, a qual, dentre outras providências, altera as regras de dedução fiscal das perdas no recebimento de créditos para os contratos inadimplidos a partir de 08/10/2014 (art. 9º, da Lei nº. 9.430/96). Para os contratos inadimplidos anteriormente a esta data, permanecem as regras vigentes anteriormente; e

- f) O Banco PAN S.A., desde o início da pandemia do coronavírus (COVID-19), vem adotando medidas para minimizar os impactos aos seus colaboradores, clientes, fornecedores e, conseqüentemente, sua operação. As ações consideram a continuidade e sustentabilidade dos negócios além das recomendações dos órgãos competentes, e a Administração segue gerenciando os desdobramentos decorrentes de tal pandemia, atuando de forma tempestiva para mitigar os seus efeitos.



São Paulo, 11 de setembro de 2020.

A DIRETORIA

Gregório Moreira Franco
CRC 1SP219426/O-2
CONTADOR

***Banco Pan S.A. e
controladas -
Conglomerado Prudencial***

***Demonstrações contábeis consolidadas do
Conglomerado Prudencial em
30 de junho de 2020
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pan S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Pan S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações contábeis de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN"), descritos na Nota 2.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Pan S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Banco e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Banco Pan S.A. e controladas – Conglomerado Prudencial

Ênfases

Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2, que divulga que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir com os requisitos da Resolução nº 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Créditos tributários diferidos

Conforme descrito na nota 33(b), existem em 30 de junho de 2020 créditos tributários registrados no ativo, no valor de R\$ 3,5 bilhões no Banco Pan S.A. e controladas, reconhecidos com base em projeção para a realização de créditos tributários. Essa projeção de realização dos créditos tributários foi revisada pela administração do Banco com base em estudo do cenário atual e futuro e aprovada pelo Conselho de Administração em 30 de julho de 2020, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção e custo de captação. A realização desses créditos tributários, no período estimado de realização, depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração. Nossa opinião não está ressalvada em função deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações contábeis individuais e consolidadas para fins gerais referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 30 de julho de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos nas Notas 2 e 3, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Banco Pan S.A. e controladas – Conglomerado Prudencial

Os responsáveis pela governança do Banco e controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial preparadas pela administração do Banco, de acordo com os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial



Banco Pan S.A. e controladas – Conglomerado Prudencial

representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 11 de setembro de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Tatiana Fernandes Kagohara Gueorguiev
Contadora CRC 1SP245281/O-6

